

**PELO DIREITO DE FALAR: PRÁTICAS DE ENSINO, ACOLHIMENTO E
EMPODERAMENTO EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS¹**

Mariana Corallo Kuhlmann

Universidade de São Paulo - USP

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Programa de Filologia e Língua Portuguesa

mariana.kuhlmann@usp.br

¹ Trabalho submetido ao Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, a ser realizado no dia 12 de abril de 2016 no Memorial da América Latina, São Paulo.

Pelo direito de falar: práticas de ensino, acolhimento e empoderamento em contextos migratórios

Resumo

Dados fornecidos pelo relatório *Pensando o Direito* (2015)² mostram que a língua é a principal dificuldade enfrentada pela população migrante. Com base nesses dados, o estudo apresentado nessa ocasião se propõe a destacar a importância de incluir a pauta da língua e do ensino nas discussões sobre os contextos migratórios, principalmente àqueles que submetem o sujeito a situações de vulnerabilidade social. Assumimos que a língua é veículo essencial para que o sujeito se expresse, reivindique seus direitos e tenha acesso aos serviços básicos a sua existência. Por essa razão, argumentaremos que o ensino de língua portuguesa à população migrante deve se centrar na promoção tanto do acolhimento quanto do empoderamento do sujeito.

Palavras-chave: Língua; Acolhimento; Empoderamento.

1. Entre a hospitalidade e a exclusão

Abordar a questão migratória no contexto brasileiro demanda, em princípio, uma análise pormenorizada da posição assumida pela sociedade em relação ao sujeito migrante. É preciso compreender que o sujeito migrante quando ocupa o espaço onde ele assume o estatuto de estrangeiro, torna-se objeto de uma categorização sociocultural que ou o rotula como *desejado* ou como *indesejado*.

Seyferth (2002, p. 142) explana a relação estabelecida entre o migrante *desejado* e o *indesejado* e afirma que, no Brasil, esses conceitos remontam ao período da colonização, fazendo com que o primeiro seja "um branco adjetivado, sendo excluídos os doentes, portadores de deficiência física e mental, velhos, criminosos, gente de conduta nociva, refugiados, apátridas e as etnias inassimiláveis". Trata-se de uma conceituação fundamentada no protecionismo nacional, que visa à assimilação das diferenças e, no caso das consideradas diferenças *inassimiláveis*, à exclusão das diferenças. Ao contrário do que é idealizado pelo conceito de migrante *desejado*, atualmente o perfil dos maiores fluxos migratórios que se dirigem ao Brasil não se enquadra nessa categoria.

Segundo Baeninger em entrevista concedida à *Revista Fapesp* (2015, p. 18), os fluxos migratórios observados na última década são compostos por povos latino-americanos e africanos, o que gera um choque de expectativas na sociedade de recepção propício a eventos de xenofobia: "Desde o final do século XIX criou-se a ideia de que o imigrante, para ser aceito, teria de ser

² Disponível em: <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

branco e europeu, e os imigrantes atuais são indígenas que falam espanhol, como os bolivianos, ou negros que falam francês ou crioulo, como os haitianos".

Essa conjuntura social problematiza inevitavelmente a questão da tolerância, uma vez que esses grupos, por não serem *desejados* pela sociedade, passam a ser meramente tolerados. Silva (2012, p. 73), ao tratar do tema, afirma que o que foge do padrão tende a ser tratado com tolerância, e questiona se apenas tolerar equivale a incentivar a participação e a interação.

2. As limitações da tolerância

A tolerância é uma postura social de suma importância quando o assunto em questão é diversidade cultural, religiosa e étnica. No entanto, é preciso cautela para que essa atitude de tolerância não seja, na realidade, uma atitude de conveniência, velada por distanciamentos que marginalizam, discriminam e silenciam as diferenças. Para Lopes (2012, p. 79), há uma tendência de se instituir uma proposta de tolerância que não é inclinada ao diálogo intercultural e que apenas reconhece as diferenças, sem estabelecer nenhum tipo de interação com elas. Para a autora, o reconhecimento da diversidade cultural não é o bastante; é preciso ir além, de modo a não apenas garantir a coexistência, mas também assegurar e incentivar a convivência entre todos os membros de uma sociedade, minorias e majorias

Essa modalidade de tolerância está pautada numa exclusão mais geral, de cunho sociocultural, que submete esses grupos de migrantes *indesejados* a um afastamento territorial (AGIER, 2014, p. 46). Isto é, a resistência da suposta sociedade de recepção em interagir, acaba retendo esses grupos às margens da sociedade, tanto socioculturalmente quanto espacialmente. Desse modo, eles acabam se aglomerando em moradias precárias, os *guetos* nas palavras do autor e se tornando invisíveis aos olhos da população local. Assim, temos zonas de tensão cultural que se instauram e que problematizam questões identitárias.

3. As identidades enquanto processos nos contextos migratórios

Dantas et al. (2010, p. 47) afirmam que quando há o contato cultural desencadeado por um contexto migratório, a identidade se torna uma questão a ser problematizada, pois entra em crise, uma vez que ela foi deslocada de um contexto sociocultural familiar para um que é estranho ao sujeito.

Em consonância com essa constatação, está a noção de identidade proposta por Hall (2009). Hall (2009, p. 24) rejeita a ideia de identidade como uma entidade estática, essencial e

estável. Para ele, a identidade de um sujeito é, na realidade, várias identidades que se formam ao longo do tempo através de processos inconscientes, desencadeados por experiências de cunho sociocultural.

Assim, ao invés de falarmos da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros.

Assim, as atitudes da sociedade receptora são determinantes na reconstrução das identidades culturais dos grupos migrantes, considerando que a integração não ocorre em um vácuo social, sendo então sócio-historicamente contextualizada:

The acculturation of immigrants does not take place in a social vacuum; it occurs and unfolds itself within the context of intragroup and intergroup relations that provide at times the support and at times the challenge for the reconstruction of selves and identities (HORENCZYK, 1997, p. 34).

Ao focar os processos identitários nas interações discursivas, o autor ainda assinala uma importante questão: a marginalização dos grupos minoritários que toma forma e conteúdo nos discursos hegemônicos:

Também no Brasil, uma parcela elitista da sociedade e os meios de comunicação, que tão bem a representa, tratam a chegada desses migrantes como uma ameaça, como se o país tivesse sendo invadido por uma horda de desocupados, baderneiros que vêm para cá para pressionar o tão combalido sistema de proteção social e o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2015, p. 147).

Desse modo, se um dado discurso hegemônico retrata um grupo migrante como sendo *indesejado*, então, esse discurso construirá a identidade dos interlocutores que pertencem a esse grupo, interferindo em como ele lida com a sua cultura e língua maternas e com a cultura e língua da sociedade de recepção. É importante que esses grupos minoritários tenham condições de responder a esses discursos hegemônicos de modo a transpor barreiras que os impedem de atingir a integração e a autonomia. Tal constatação nos conduz a uma questão central na discussão proposta nessa ocasião: a relação entre língua, especificamente ensino de língua estrangeira, acolhimento e empoderamento.

4. Práticas de ensino, acolhimento e empoderamento

Afirmar o ensino de língua estrangeira como ação promotora do empoderamento e do acolhimento é de suma importância quando analisamos contextos migratórios que vulnerabilizam o sujeito migrante.

No que concerne ao empoderamento, Freire (1987) argumenta em favor de uma educação que não se limite ao "depósito mecânico de conhecimentos" e que promova o desenvolvimento do potencial transformador do sujeito. Essa educação que, nas palavras do autor, é "problematizadora", "crítica" e "reflexiva", é capaz de desentrançar os padrões dos discursos hegemônicos que submetem o sujeito migrante a uma situação de marginalização e exclusão social.

Em consonância com essa proposta de educação, está a posição de Barbosa e São Bernardo (2014) que apontam que a língua do país de acolhimento deve ser ensinada de modo a favorecer a inclusão social e profissional dos imigrantes. Para os autores, tal conhecimento gera uma maior igualdade de oportunidades para todos, facilita o exercício da cidadania e potencia qualificações enriquecedoras para quem chega e quem acolhe.

Já quanto ao acolhimento, Amado (2015) afirma a necessidade de promover o ensino de português para esse grupo "arrancado de sua terra natal, de sua família, de sua língua" de modo a possibilitar a busca neste país por uma "nova oportunidade de refazimento, de integração, de paz". Trata-se de praticar uma nova modalidade de ensino de língua estrangeira, acolhedora às diferenças.

Nos contextos migratórios é pertinente questionar de que maneira práticas educacionais promovem experiências capazes de fundamentar o acolhimento e o empoderamento do sujeito migrante, permitindo-lhe romper com os estereótipos que podem colocá-lo às margens da sociedade.

4.1 A perspectiva docente

Conforme discutido nas seções anteriores, o ensino e aprendizagem de LE nos contextos migratórios deve ser uma prática capaz de conscientizar o sujeito migrante a respeito das relações de poder (PEIRCE, 2009) atuantes. E também deve ser capaz de acomodar o sujeito migrante no ambiente sociocultural onde ele, no atual momento, se encontra (AMADO, 2015).

Na sociedade brasileira, há uma série de iniciativas dedicadas a oferecer aulas de língua portuguesa como língua estrangeira para esse público.

O estudo a desenvolvido se baseou no mapeamento (SMDHC, 2015)³ de tais iniciativas na cidade de São Paulo. A partir desse mapeamento, foram aplicados questionários respondidos pelo corpo docente com vistas a averiguar em que medida as práticas de ensino empregadas nessas instituições estão centradas na proposta de educação de Freire (1987). Por meio de uma análise qualitativa dos questionários, proporemos medidas e práticas de ensino orientadas à promoção do empoderamento e do acolhimento da população migrante.

Considerações Finais

Se os membros de uma sociedade são a boca pela qual toda uma sociedade se expressa (MEY, 1998), é de suma importância assegurar que o sujeito migrante, enquanto membro da sociedade, também tenha a oportunidade falar e de ser ouvido. Por essa razão, o ensino de língua portuguesa assume proporções que ultrapassam a função instrumental do idioma.

Assegurar essa oportunidade é uma tarefa que exige que (1) a própria sociedade se conscientize acerca da importância de garantir um ensino que seja "problematizador", "crítico" e "reflexivo" para a população migrante e que (2) reconheça que em determinados contextos migratórios o ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira é essencial não só para fins comunicativos, mas sim para possibilitar o empoderamento e o acolhimento do sujeito migrante.

Com os dados do corpus a ser apresentado, pretendemos identificar, por meio da perspectiva docente, de que modo o ensino de língua portuguesa tem possibilitado, ou não, experiências acolhedoras e empoderadoras para a população migrante. A partir dessa análise, argumentaremos sobre como é possível promover iniciativas que façam com que a língua deixe de ser uma barreira e se torne uma ponte entre o sujeito migrante e a sociedade.

Referências

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista Siple**, Brasília, DF, Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, 2013.

AGIER, M. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, P. et al. (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, p. 33-53, 2014.

BARBOSA, L. M. A.; SÃO BERNARDO, M. A. Português para refugiados: especificidades para acolhimento e inserção. In: SIMÕES, D. M. P.; FIGUEIREDO, F. J. Q. (Org.). **Metodologias em/de linguística aplicada para ensino e aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 269-278.

³

Disponível em:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Mapeamento%20cursos%20de%20portugues.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

- FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1987.
- FIORAVANTI, C. As raízes da resistência. **Revista Fapesp**. São Paulo, SP, n. 236, p. 16-23, 2015.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.
- HORENCZYK, G. Immigrants perceptions of their host's attitudes and their reconstruction of cultural groups. **Applied psychology review**, New Jersey, v. 46, n. 1, p. 35-38, 1997.
- LOPES, A. M. D. Da coexistência a convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 20, n. 38, p. 67-81, 2012.
- MEY, J. Etnia, identidade e língua. Tradução de: Maria da Glória de Moraes. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 69-88.
- OLIVEIRA, A. M. Processamento da linguagem num contexto migratório e de integração. In: GROSSO, M. **Educação em Português e Migrações**. Lisboa, Portugal: Lidel, 2010. p. 30-47.
- OLIVEIRA, A. T. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 23, n. 44, p. 135-155, 2015.
- PEIRCE, B. N. Social identity, investment and language learning. **Teachers of English to speakers of other languages**, Sydney. p. 9-31, 1995.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2012.